

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.409.522 - PA (2018/0321512-6)

RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI
AGRAVANTE : ELISANGELA XIPAIA DE CARVALHO
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

DECISÃO

Trata-se de agravo em recurso especial interposto por ELISANGELA XIPAIA DE CARVALHO contra decisão do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, que inadmitiu seu apelo nobre.

Consta dos autos que a agravante foi condenada à pena de 8 anos de reclusão e pagamento de 800 dias-multa, em regime inicial fechado, como incurso no delito previsto no artigo 33, *caput*, da Lei n. 11.343/06.

Inconformada, a defesa interpôs recurso de apelação perante a Corte de origem, a qual negou provimento à irresignação, porém, de ofício, redimensionou a pena para 6 anos e 8 meses de reclusão e pagamento de 666 dias-multa, mantidos os demais termos do édito condenatório.

Contra a decisão foi apresentado o apelo nobre, com fulcro na alínea "a", do inciso III, do artigo 105 da Constituição Federal, o qual não foi admitido na origem, com fundamento nas Súmulas ns. 7/STJ e 284/STF.

No presente recurso, a agravante alega que a análise do pleito recursal independeria do reexame fático-probatório dos autos e reitera as razões do Recurso Especial.

Requer o acolhimento do agravo, a fim de que seja admitido e provido o apelo nobre.

O Ministério Público Federal manifestou-se pelo não conhecimento ou improvimento da insurgência.

É o relatório.

Da análise do presente recurso, verifica-se que este não merece ser conhecido, na medida em que a agravante, em suas razões, não atacou especificamente os fundamentos da decisão agravada.

O *decisum* que não admitiu o apelo nobre assentou-se em dois fundamentos, quais sejam: **a)** necessidade de reexame fático-probatório (Súmula n. 7/STJ) no que tange ao pleito de absolvição por suposta ausência de provas; e **b)** deficiência de fundamentação (Súmula n. 284/STF) quanto ao pleito de redução da pena-base, tendo em vista a ausência de correspondência lógica entre a alegação da parte e a fundamentação do acórdão recorrido.

No entanto, a agravante deixou de infirmar o óbice relativo à Súmula n. 284/STF, limitando-se a impugnar o óbice da Súmula n. 7/STJ e a reiterar os termos do Recurso Especial, não tendo, pois, se desincumbido de seu ônus de refutar especificamente todos fundamentos da decisão de admissibilidade, a fim de demonstrar a sua incorreção.

Destaque-se que, em sede recursal, é necessário que a parte refute de forma direta todos os impedimentos apontados para a não admissão de seu apelo nobre, explicitando os motivos pelos quais estes não incidiriam na hipótese em testilha, o que não se verifica *in casu*.

É assente nesta Corte o entendimento segundo o qual “os recursos devem impugnar, de maneira específica e pormenorizada, os fundamentos da decisão contra a qual se insurgem, sob pena de vê-los mantidos. Não são suficientes meras alegações genéricas sobre as razões que levaram à inadmissão do agravo ou do recurso especial ou à insistência no mérito da controvérsia” (AgRg no AREsp 542.855/SC, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 23/06/2015, DJe 29/06/2015).

Nesse sentido, vejam-se:

AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. POSSE DE DROGA PARA USO PRÓPRIO. ART. 28 DA LEI 11.340/2006. DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE. PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO. DOSIMETRIA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. ATENUANTES DA CONFISSÃO E DA MENORIDADE RELATIVA. SÚMULA 231/STJ. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DE TODOS OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA.

I - Os agravantes deixaram de enfrentar todos os fundamentos constantes das decisões agravadas, em especial: inviabilidade de se analisar questões constitucionais em sede de recurso especial e incidência da Súmula 231/STJ a impossibilitar a fixação da pena abaixo do mínimo legal na segunda fase.

II - Incide, pois, ao caso o enunciado da Súmula nº 182 desta Corte Superior de Justiça, in verbis: "É inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada." Agravo regimental não conhecido.

(AgRg nos EDcl no AREsp 620649/SC, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 06/03/2018, DJe 14/03/2018)

PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA. DEGRAVAÇÃO INTEGRAL. DISPENSÁVEL. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE PREJUÍZO. ART. 1º DA LEI N. 9.613/1998. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DE FUNDAMENTO AUTÔNOMO. SÚMULA 182/STJ. AGRAVO DESPROVIDO.

1. Segundo a jurisprudência deste STJ, a transcrição integral do conteúdo da interceptação telefônica é dispensável, sendo suficiente a transcrição dos trechos que digam respeito ao investigado - embaixadores da denúncia -, para que, a partir deles, exerça o contraditório e a ampla defesa.

2. A declaração de nulidade atinente à transcrição parcial das interceptações telefônicas, assim como as demais nulidades processuais, exige demonstração de eventual prejuízo concreto suportado pela parte. Precedentes.

3. "A ausência de impugnação específica do fundamento autônomo adotado pela decisão que negou seguimento ao agravo em recurso especial atrai a incidência do óbice previsto na Súmula 182 do Superior Tribunal de Justiça". (PET no AREsp 392.046/SP, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, DJe 28/02/2014) 4. Agravo Regimental desprovido.

(AgRg no REsp 1171305/SC, Rel. Min. RIBEIRO DANTAS, Quinta

Turma, julgado em 06/06/2017 DJe 14/06/2017)

PROCESSUAL PENAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PRETENSÃO DE ATRIBUIÇÃO DE EFEITOS INFRINGENTES AO JULGADO. PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE RECURSAL. RECEBIMENTO COMO AGRAVO REGIMENTAL. VERBETE SUMULAR N. 182/STJ. INCIDÊNCIA CONFIRMADA.

1. Aclaratórios opostos com caráter infringente devem ser recebidos como agravo regimental, em homenagem ao princípio da fungibilidade recursal, uma vez ausentes os vícios previstos no art. 619 do CPP.

2. A ausência de impugnação de todos os fundamentos da decisão que inadmitiu o recurso especial obsta o conhecimento do agravo, nos termos do art. 932, III, CPC de 2015, art. 253, parágrafo único, I, do RISTJ e da Súmula 182 do STJ, aplicável por analogia.

3. Embargos de declaração recebidos como agravo regimental, ao qual se nega provimento.

(EDcl no AREsp 1205120/MG, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 15/05/2018, DJe 24/05/2018)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE NEGATIVO. NECESSIDADE DE IMPUGNAÇÃO DE TODOS OS FUNDAMENTOS DO TRIBUNAL DE ORIGEM. SÚMULA N. 182 DO STJ. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. É ônus do agravante impugnar as causas específicas de inadmissão do recurso especial, sob pena de incidência da Súmula n. 182 do STJ.

2. Na hipótese, o agravante nada argumentou sobre a ausência de prequestionamento da matéria, ou seja, não demonstrou especificamente que a questão foi objeto de debate pelo Tribunal de origem, à luz da legislação federal indicada, com emissão de juízo de valor acerca do dispositivo legal apontado como violado. A simples oposição de embargos de declaração, à época, não supria a falta de prequestionamento.

3. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 808133/SP, Rel. Ministro ROGÉRIO SCHIETTI, SEXTA TURMA, julgado em 22/03/2018, DJe 03/04/2018)

Por tais razões, **não se conhece do agravo em recurso especial**, nos termos do artigo 34, inciso VII, combinado com o artigo 253, parágrafo único, inciso I, ambos do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

Publique-se. Intime-se.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Brasília (DF), 06 de fevereiro de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI

Relator